ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

JORNALISMO NO BRASIL: NOTAS SOBRE AS COMPETÊNCIAS FORMATIVAS A PARTIR DAS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES

Journalism in Brazil: notes on training competencies from the new curricular guidelines

Periodismo en Brasil: notas sobre las competencias formativas a partir de las nuevas directrices curriculares

Nataly de Sousa Dias Daher[1]
Francisco Gilson Rebouças Porto Junior[2, 3]

RESUMO
As novas diretrizes curriculares para os cursos de Jornalismo no Brasil trouxeram uma nova dinâmica para a formação dos jornalistas. O aumento da carga horária das disciplinas voltadas à prática profissional, bem como a obrigatoriedade do estágio curricular evidenciam o enfoque sobre o fazer jornalístico, considerando as mais diversas possibilidades de mídias. Diante dessa realidade, nos propomos a lançar um olhar sobre o contexto do Jornalismo no Brasil, observando a trajetória histórica do curso, a luta pela formação e pela regulamentação da profissão, para então focarmos nosso olhar sobre a formação acadêmica desse profissional.

---

[1] Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduanda em Medicina pela Universidade Privada Del Este (UPE) (Argentina). E-mail: natysodias@hotmail.com.
[2] Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). Bolsista de Produtividade UFT. E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.
[3] Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade. Avenida NS 15, 109 - Plano Diretor Norte, Palmas - TO, Brasil. CEP: 77001-090.

ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo, Novas Diretrizes Curriculares, Formação Profissional, Regulamentação.

ABSTRACT

The new curricular guidelines for journalism courses in Brazil brought a new momentum to the training of journalists. The increase in the workload of the disciplines focused on professional practice, as well as the compulsory curricular internship, show the focus on journalism, considering the most diverse media possibilities. In view of this reality, we intend to take a look at the context of journalism in Brazil, observing the historical trajectory of the course, the struggle for formation and regulation of the profession, and then focus our attention on the academic formation of this professional.

KEYWORDS: Journalism, New Curriculum Guidelines, Vocational Training, Regulation.

RESUMEN

Las nuevas directrices curriculares para los cursos de Periodismo en Brasil trajeron una nueva dinámica para la formación de los periodistas. El aumento de la carga horaria de las disciplinas orientadas a la práctica profesional, así como la obligatoriedad del curso curricular evidencian el enfoque sobre el hacer periodístico, considerando las más diversas posibilidades de medios. Ante esta realidad, nos proponemos lanzar una mirada sobre el contexto del periodismo en Brasil, observando la trayectoria histórica del curso, la lucha por la formación y la regulación de la profesión, para entonces enfocar nuestra mirada sobre la formación académica de ese profesional.

PALABRAS CLAVE: Periodismo, Nuevas Directrices Curriculares, Formación Profesional, Reglamentación.

Recebido em: 20.02.2017. Aceito em: 22.04.2017. Publicado em: 30.04.2017.

ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

Introdução

Ao discutir o Jornalismo no Brasil e lançar um olhar sobre a formação do jornalista na Universidade Federal do Tocantins, considerando as novas diretrizes curriculares para o Curso no Brasil, lançadas pelo Ministério da Educação em 2013, nos propomos, ao longo de três capítulos, a discorrer e analisar a situação não apenas do Curso, mas também dos profissionais jornalistas em suas atividades profissionais. Nesse sentido, nos propomos a estabelecer uma relação entre a formação acadêmica com a atuação profissional, destacando a importância da formação acadêmica para esses profissionais.

No entanto, essa relação só é possível ser estabelecida se observadas as disciplinas que estruturam a formação acadêmica através do currículo do Curso de Jornalismo. Por isso, nos lançamos a observar as diretrizes curriculares do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins através de uma pesquisa bibliográfica e documental, considerando e analisando autores estudiosos do Jornalismo e documentos como o Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo da Universidade.

Nesse sentido, torna-se relevante considerar que as diretrizes de qualquer curso de graduação servem como um norte; um direcionamento de como o profissional será preparado para encarar o mercado de trabalho. Com base nesse pressuposto, a pesquisa tem como objetivo verificar como os estudantes de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins são preparados para o mercado de trabalho.

Assim, considerando o Curso de Jornalismo da UFT e sua estruturação a partir das novas diretrizes curriculares nacionais como objeto de estudo desta pesquisa, buscamos observar e analisar a formação dos jornalistas nessa dinâmica. Por isso a relevância e a necessidade de se observar a matriz curricular do Curso, especificamente as suas disciplinas, relacionando com as habilidades e competências necessárias para um profissional jornalista. Nosso objetivo, também, é estabelecer essa relação e apontar como as competências necessárias se encaixam nas disciplinas nesse processo de formação.

Um olhar sobre o jornalismo no Brasil

Ao discorrer sobre o jornalismo no Brasil e lançar um olhar sobre a formação do jornalista observando as novas diretrizes curriculares, invariavelmente devemos lançar um primeiro olhar sobre

Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação

ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

a história do jornalismo no País.

A trajetória histórica da pesquisa acerca da origem do jornalismo no Brasil é controversa. Hohlfeldt e Valles (2008, p. 12) destacam que "foi no século XIX, precisamente no ano de 1873, que a imprensa se converteu, pela primeira vez, em objeto de pesquisa científica, através de um estudo realizado por José Higino Duarte Pereira". O ponto central na pesquisa de Duarte Pereira era exatamente a origem do jornalismo no Brasil. Em 1859, o publicista Cônego Fernandes Pinheiro escreveu um artigo sobre a imprensa brasileira, em que atribuía aos holandeses que colonizaram Pernambuco, em especial a região do Recife no século XVII o surgimento da imprensa no Brasil. No entanto, essa versão era questionada por historiadores pernambucanos que consideravam a permanência holandesa mais como uma falha da realeza ibérica. Para estes historiadores, a versão de Fernandes Pinheiro se tratava de uma "inverdade histórica" (HOHLFELD E VALLES, 2008, p. 12).

Diante do impasse sobre a origem da imprensa no País, Hohlfeld e Valles (2008, p. 12) observam que

> [...] Duarte Pereira resolveu pesquisar os arquivos holandeses para resolver a questão. Em 1891, divulgou os resultados da pesquisa, comprovando o pioneirismo lusitano na imprensa brasileira, como também mostrando que, durante o governo de Maurício de Nassau, em Pernambuco, não funcionara nenhuma tipografia.

Esse primeiro estudo de Duarte Pereira foi fundamental para o surgimento de outras pesquisas na área, variando métodos e objetos de análise que contribuíram significativamente para o desenvolvimento das ciências da comunicação até o surgimento das primeiras faculdades de comunicação (HOHLFELD E VALLES, 2008, p. 13).

Todo contexto histórico é determinante para a história do jornalismo. O século XIX foi marcado como um período importante para a imprensa, representando um momento de expansão e mercantilização do jornalismo. Nesse ínterim, o jornalismo passa a ser compreendido como fonte de informação e não mais apenas propaganda. Traquina (2005) destaca que

> O jornalismo como conhecemos hoje na sociedade democrática tem suas raízes no século XIX. Foi durante o século XIX que se verificou o desenvolvimento do primeiro *mass media*, a imprensa. A vertiginosa expansão dos jornais no século XIX permitiu a criação de novos empregos neles; um número crescente de pessoas dedica-se integralmente a uma atividade que, durante as décadas do século XIX, ganhou um novo objetivo – fornecer informação e não propaganda (TRAQUINA, 2005. p. 34)

ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

É importante destacar, nessa perspectiva histórica, que a análise sobre a imprensa e do jornalismo enquanto atividade social acompanha e é influenciado pelas transformações na sociedade. De um modo especial, o desenvolvimento tecnológico atinge necessariamente a área da comunicação e, por conseguinte, a atividade da imprensa e do jornalismo.

Assim, Sodré (1999) contribui com essa ideia ao afirmar que

> A história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista (...) – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações. Ao lado dessas diferenças, e correspondendo ainda à luta pelo referido controle, evolui a legislação reguladora da atividade da imprensa (SODRÉ, 1999, p. 1).

Nesse sentido, duas observações são importantes. Primeiro, o impacto que o jornalismo recebeu com a conciliação do texto com imagens. Traquina (2005) assevera que

> As melhorias na reprodução de imagem, sobretudo com a fotogravura em 1851 e a heliogravura em 1905, deram um novo élan à imprensa [...] Em particular, a invenção da máquina fotográfica iria inspirar o jornalismo no seu objetivo de ser as "lentes" da sociedade, reproduzindo ipsis verbis a realidade (TRAQUINA, 2005, p.38)

Em segundo lugar, cabe observar o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação e seus impactos sobre o jornalismo. Para Bourdieu; SAINT-MARTIN (1998) o surgimento dessas novas tecnologias impactou as atividades profissionais, sobretudo, aplicando-se ao jornalismo, que de tal forma está, necessariamente, a se orientar pela pressão do tempo, pelo imediatismo e, sobretudo, pelo "furo de reportagem". Traquina (2005) corrobora nesse sentido, ao observar que esses fatores contribuem para construir uma representação instantânea e descontinuada da realidade e do próprio mundo. Segundo o autor,

> O impacto tecnológico marcou o jornalismo do século XIX como iria marcar toda a história do jornalismo ao longo do século XX até o presente, apertando cada vez mais a pressão das horas de fechamento, permitindo a realização de um valor central da cultura jornalística – o imediatismo. De novas edições dos jornais no mesmo dia à quebra da programação televisiva anunciada como boletins, novos avanços tecnológicos nas últimas décadas do século XX tornaram possível, de longa distância, atingir o cúmulo do imediatismo – "a transmissão direta do acontecimento" (TRAQUINA, 2005, p.53).

Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação

ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

Por fim, é importante, ainda, destacar que as transformações sociais vivenciadas nas últimas décadas do século XIX impulsionaram a expansão acelerada da imprensa para além das elites tradicionais (CRUZ, 2000, p. 42). A liberdade, preconizada nesse contexto pela garantia de direitos fundamentais instituídos com a afirmação da democracia como forma de governo, também influenciou decisivamente a atividade profissional do jornalismo. Nesse sentido, o jornalismo se configurou como um importante aliado da democracia, sendo considerado, nas palavras de Sodré (1999) como o "Quarto Poder".

A formação do jornalista e a obrigatoriedade do diploma

Nessa discussão sobre a história do jornalismo, perpassa, também, a análise da trajetória da formação desse profissional no Brasil. Desde aquelas primeiras iniciativas e pesquisas de Duarte Pereira até se consolidarem de fato as faculdades de comunicação, muitos outros pesquisadores lançaram seus olhares aos mais variados objetos de análise e sob os mais diferentes métodos de pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento das ciências da comunicação no Brasil.

A fim de identificar e definir os períodos que compreendem a história das ciências da comunicação, Melo (2003) os dividiu em cinco fases: Desbravamento (1873-1922); Pioneirismo (1923-1946); Fortalecimento (1947- 1963), Consolidação (1964-1977) e Institucionalização (1978-1997).

No período do Pioneirismo, compreendido entre os anos de 1923 a 1946, o ensino na área de jornalismo começa a mostrar suas primeiras iniciativas (HOHLFELD E VALLES, 2008. p. 15).

> Em 1935, é criada a primeira Cátedra de Jornalismo, integrando-se à Universidade do Distrito Federal, tendo o jornalista Costa Rego como seu titular. Pouco tempo depois, contudo, a Universidade veio a ser fechada, em decorrência da deposição do prefeito Pedro Ernesto. Entre 1942 e 1943, são abertos cursos de Jornalismo no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente. (HOHLFELD E VALLES 2008, p. 14-15)

No entanto, a implementação das escolas de jornalismo propriamente ditas somente aconteceu no período posterior, entre os anos de 1947 a 1963, na fase do Fortalecimento. O período é compreendido exatamente a partir da fundação da Escola de Jornalismo Cásper Líbero, em 1947. Criada através de um convênio firmado entre a Fundação Cásper Líbero e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a instituição

Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação

ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

"assume o papel de ascensão do jornalismo no âmbito acadêmico". Logo no ano seguinte, o Curso de Jornalismo da Universidade do Brasil é implementado no Rio de Janeiro, a partir de esforços da Associação Brasileira de Imprensa para a sua execução (HOHLFELD E VALLES, 2008. p. 15).

A Escola de Jornalismo Cásper Líbero e o Curso de Jornalismo da Universidade do Rio de Janeiro foram de fundamental importância para a expansão do curso nas demais regiões do Brasil. Melo (2003) ressalta a importância dessas instituições ao afirmar que

> Essas duas instituições funcionariam como matrizes das atividades de ensino e pesquisa, posteriormente expandidas para todo o território nacional. Profissionais guindados à condição de professores sistematizam conhecimentos empíricos e os transmitem às novas gerações de jornalistas ou os convertem em livros, monografias, apostilas, ampliando a sua circulação no espaço e no tempo (MELO, 2003. p. 156).

Durante a fase de Consolidação (1964 a 1977), o ensino de jornalismo sofre transformações significativas. As escolas ou faculdades de jornalismo passam a se chamar faculdades de comunicação (AMORIM, 1968).

Nesse período, ainda, tanto as universidades como as empresas de comunicação passam a desenvolver "o interesse pela pesquisa dos fenômenos comunicacionais" (HOLHFELD E VALLES, 2008. p. 17). Nesse sentido, as empresas de comunicação passam a publicar revistas dedicadas a uma análise crítica da comunicação de massa.

> O interesse pela pesquisa dos fenômenos comunicacionais ganha espaço, não apenas nas universidades, mas contamina também as empresas do ramo, em acelerado processo de modernização. Sintoma dessa preocupação em recorrer a balizas científicas para a tomada de decisões transformadoras é a decisão de empresas brasileiras no sentido de publicar revistas dedicadas à divulgação de conhecimentos empíricos ou de reflexões críticas sobre comunicação de massa. Sua meta é a qualificação profissional, possibilitando o acesso das novas gerações a estudos e pesquisas capazes de orientá-las a trilhar novos caminhos na complexa engrenagem midiática (MELO, 2003. p. 160-161).

É importante observar, também, que a expansão dos cursos de comunicação levou à criação dos programas de pós-graduação – mestrados e doutorados, configurando "núcleos de intelectuais que assumem o perfil de comunicólogos" (HOHLFELD E VALLES, 2008. p. 17).

Ao final da década de 90, temos no Brasil um período de consolidação, com os resultados desse processo de expansão iniciado há 50 anos. Melo (2003) comenta sobre esse período

Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação
ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

afirmando que

> A década de 1990 se afirma como o período da consolidação, pelo fato de mais de 50% da produção científica de comunicação realizar-se na primeira metade da década. É a afirmação de um processo que teve o seu início na década de 1940, com a inclusão de dois cursos de Jornalismo em universidades, quadruplicando esse número na década seguinte, para oito, atingindo 23 nos anos 60, continuando a se expandir de forma acelerada desde a década de 70, com 58; década de 80: 66; primeira metade da década de 90: 120, existindo ao todo 309 cursos de comunicação, sendo 282 de bacharelado, 22 de mestrado e cinco de doutorado (MELO, 2003. p. 165).

Esse período de consolidação, primeira metade da década de 1990, se evidencia, ainda, pela crescente utilização de meios tecnológicos. É exatamente nesse período que se observa a expansão das tecnologias da informação e comunicação no Brasil, em especial, a popularização da internet.

Nesse contexto, cabe observar que a formação do jornalista sofre a influência direta das mudanças e transformações que a sociedade enfrenta. Especialmente a partir dos avanços tecnológicos, a formação desses profissionais passou a exigir uma dinâmica específica, que atenda de forma satisfatória às novas tendências.

Assim, Eduardo Meditsch (2007) aponta algumas necessidades e adequações, como recomendações à formação do jornalista:

> [...] criar uma cultura jornalística; entender e usar as novas tecnologias sem perder o foco jornalístico; afirmar o jornalismo como atividade intelectual e os jornalistas como educadores; reconhecer os melhores jornalistas como presença necessária na comunidade acadêmica; motivar seus professores para pesquisar, escrever e publicar sobre jornalismo; desenvolver escolas de pensamento e prática; criar programas de pós-graduação focados no jornalismo; educar estudantes para pensar criticamente; preparar estudantes para serem profissionais de vanguarda (MEDITSCH, 2007, p. 48-49).

A criticidade é um elemento imprescindível na formação do jornalista. A recomendação do autor para reconhecer o jornalista como um educador exige uma postura responsável por parte desse profissional. Entender o jornalista como educador e formador de opinião nos remete necessariamente a observar criteriosamente a formação, o currículo dos espaços de formação (universidades) com o viés desse compromisso social que a profissão exige.

As observações acima evidenciam, também, a necessidade de se avaliar e reavaliar constantemente o currículo, não apenas na formação desses profissionais, mas, sobretudo, na política de

Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação

ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

valorização, qualificação e motivação dos professores desse curso. A necessidade de se pensar e repensar o jornalismo em todas as suas múltiplas possibilidades, tanto na academia, como espaço de formação quanto na experiência profissional, no mercado de trabalho propriamente dito. Atentar para a realidade do jornalista repórter, bem como o jornalista professor universitário. Embora não escreva notícias e reportagens propriamente ditas, mas, como o autor sugere, estimular a produção científica sobre o próprio Jornalismo.

Precisamos voltar nossa atenção à questão da obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício profissional. A relação entre diploma e formação profissional é evidente: o diploma é fruto, ou o resultado, da formação acadêmica.

Nessa perspectiva, a trajetória histórica da formação do jornalista incide, necessariamente, na conquista do diploma de curso superior na área. Para a professora Valci Regina Zucoloto (2002, p. 36), "já são aproximadamente 80 anos de luta pelo diploma". Em outras palavras, "são 80 anos de luta pela formação específica em jornalismo".

Ainda, de acordo com Zucoloto (2002, p. 36),

> Primeiro, foram anos e anos de luta para o estabelecimento da obrigatoriedade da formação superior na legislação que regulamenta a profissão. E após esta conquista da categoria, até hoje continuamos batalhando pela qualificação sempre maior e melhor da nossa formação universitária.

A profissionalização do jornalista aconteceu com significativo atraso histórico no Brasil (MEDINA, 1982, p. 27). Esses anos de luta que Zucoloto (2002) destaca, reportam invariavelmente para a integração desses dois termos; a busca por um *status* profissional, o reconhecimento da profissão com a necessidade da regulamentação no que tange à legislação.

No Brasil, tivemos recentemente a discussão com relação à exigência ou não de diploma para o exercício profissional de jornalista. Superada essa questão, a retomada da exigência de diploma por determinação legal, de certa forma garante esse *status* profissional, uma vez que a questão atinge diretamente a qualificação profissional.

Nesse sentido, um dos argumentos tanto para a defesa da exigência do diploma para o exercício profissional, como também para justificar a necessidade de qualidade de ensino e formação adequada

> [...] é o de que a sociedade precisa, tem direito à informação de qualidade, ética, democrática. Informação esta que depende, também, de uma prática profissional igualmente qualificada e baseada em preceitos éticos e

ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

> democráticos. E uma das formas apenas uma, mas extremamente fundamental - de se preparar, de se formar jornalistas capazes a exercer tal prática é por meio de um curso superior de graduação específica em jornalismo (ZUCOLOTO, 2002. p. 36-37).

A qualidade na formação profissional é uma preocupação constante para profissionais, bem como para estudiosos da área. Em 2004, Federação Nacional dos Jornalistas, em documento publicado com o título Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo, pondera acerca da necessidade de ensino de graduação em nível superior de qualidade. O documento, em sua apresentação, traz um breve resumo da trajetória histórica, destacando que a qualidade na formação profissional se trata de

> [...] uma prática histórica. Tem sido expressamente evidenciada ao longo dos últimos 80 anos. Começou ainda no início século passado, quando os jornalistas brasileiros passaram a reivindicar que a formação em jornalismo ocorresse em curso universitário. Os primeiros cursos foram implantados na década de 40 e em 1969, os jornalistas conseguiram que a regulamentação da profissão incluísse a exigência de diploma universitário para o registro profissional. (FENAJ, 2004. Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo, online).

Em suas páginas, esse documento publicado pela FENAJ destaca uma série de sugestões que devem nortear a formulação de diretrizes curriculares, observando a formação teórica, formação cultural, formação técnica. Destacando o item 14 do tópico I: "premissas para conceber a formação dos jornalistas" encontramos a preocupação para que a formação profissional atinja objetivos determinados:

> Diante da constatação da amplitude das decorrências da atuação profissional dos jornalistas e da existência de condicionamentos para o exercício de sua função social, decorre a necessidade de, através da formação destes profissionais, se alcançar compreensão e identificação: a) dos fundamentos éticos prescritos para a conduta dos jornalistas profissionais; b) da atitude de cidadania adequada ao exercício profissional dos jornalistas, a partir do reconhecimento das expectativas e necessidades da sociedade em relação ao seu papel social e ao produto da sua atividade; c) do inter-relacionamento entre as funções profissionais dos jornalistas com as demais funções profissionais ou empresariais existentes na área das comunicações (FENAJ, 2004. Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo, online).

Assim, como afirma Costa (2015), a formação profissional exige a qualidade necessária para que o profissional, em seu papel decisivo na formulação,

seleção, estruturação e disponibilização de informações que são usadas pelos indivíduos para se situarem diante da realidade como cidadãos, possa, também, interpretar e ler o mundo, com distanciamento crítico das "fontes" e fatos.

Competências e habilidades do jornalista

Para finalizar essa discussão, nosso olhar será para as competências e habilidades do profissional jornalista. Considerando a amplitude, a relevância e as implicações da profissão na sociedade, o perfil deste profissional requer uma série de habilidades e competências, de âmbito geral e, também, específicas.

Nesse sentido, observando a definição de Amariz (online), os jornalistas

> São profissionais responsáveis por buscar informações e notícias em diversas áreas, divulgando-as ao público em geral, de acordo com os fatos e ocorrências do momento, transmitindo-as através de todos os meios de comunicação disponíveis, assim como: Internet, rádio, televisão, jornais, etc. Sua principal função é a de manter o público informado sobre eventos que possam afetar de alguma forma o seu cotidiano ou mesmo notícias curiosas, divertidas, ou notas de falecimentos ou nascimentos de celebridades, etc. Os **jornalistas** podem ainda exercer outras funções, tais como: repórter, redator, editor, produtor, apresentador, entre outros.

Observando essa definição, percebemos que a atividade do jornalista envolve um campo de atuação abrangente. O jornalista é aquele profissional que deve entender um pouco pelo menos sobre muito. Nesse sentido, o currículo deve ser amplo, para que possa contemplar todos esses conhecimentos na formação acadêmica desse profissional. Nas palavras de Medina (1982, p. 21), "o ritmo de trabalho do jornalista é regulado pelo exíguo ciclo de 24 horas com algumas variáveis para menos ou para mais, mas sempre asfixiado pela pressão de tempo".

Se a definição acima determina que a função é manter o público informado sobre eventos que atinjam o cotidiano ou notícias curiosas, divertidas, bem como notas de nascimento ou falecimento, cabe observar que esses fatos ocorrem ininterruptamente, o que obriga o jornalista a se manter atento diuturnamente.

No que tange especificamente às competências e habilidades desse profissional, Amariz (online) destaca que

> Considera-se um bom **profissional em jornalismo** aquele que possui desenvoltura em narrar os fatos, perspicácia e bom-senso ao transmiti-los, visando sempre uma forma clara, interessante e concisa, que possa prender

Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação

ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

> a atenção da pessoa que os recebe independentemente do veículo de comunicação utilizado. É desejável também que este profissional tenha uma boa redação inclusive em sua língua natal e conhecimentos de outros idiomas, capacidade de improviso, concentração, comunicação, simplificação, e ainda criatividade, objetividade, facilidade em expressar-se, etc.

Ao analisar essa definição sobre competências e habilidades, nos remetemos à ideia de currículo com vistas à atividade profissional, que será apresentada no segundo capítulo. No entanto, cabe observar, ainda que de forma superficial, que boa parte dessas habilidades podem ou devem ser aprendidas nos espaços de formação. Escrever de forma concisa, clara e objetiva, por exemplo, é um exercício que deve ser estimulado pelo currículo, ao longo da graduação do profissional jornalista.

O Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), em seu blog, afirma que

> A formação dos jornalistas deve ser fundamentada na compreensão de que o exercício do Jornalismo constitui uma atividade profissional especializada na formulação, seleção, estruturação e disponibilização de informações que são usadas pelos cidadãos para a construção, percepção e entendimento crítico da realidade e, por consequência, para se situarem diante dela (FNPJ, online)

Nesse sentido, o blog apresenta uma lista de 24 itens especificando habilidades e competências para que o profissional jornalista possa atuar de maneira coerente com as suas responsabilidades e com a relevância da profissão:

> 1.1 Compreensão e identificação dos fundamentos éticos prescritos para a conduta dos jornalistas profissionais, com base na compreensão conceitual da atividade e no Código de Ética dos Jornalistas;
> 1.2 Atitude de cidadania adequada ao exercício profissional, a partir do reconhecimento das expectativas e necessidades da sociedade em relação ao seu papel social e ao produto da sua atividade;
> 1.3 Assimilação crítica de conceitos que permitam a apreensão de teorias;
> 1.4 Aptidão no uso e na compreensão das linguagens e técnicas discursivas e narrativas habitualmente utilizadas nos processos de produção jornalística;
> 1.5 Capacidade de compreensão da dimensão político-jurídica da comunicação social no Brasil e no mundo;
> 1.6 Capacidade de tratar de problemas teóricos ligados ao jornalismo, em primeiro lugar, e à comunicação, em segundo, estabelecendo relações factuais e conceituais diante de questões concretas pertinentes à profissão e à área em que está inserida;
> 1.7 Capacidade de interpretar, explicar e contextualizar as informações;
> 1.8 Capacidade de compreender os processos envolvidos na recepção de mensagens jornalísticas e seus impactos

Aturá
Revista
Pan-Amazônica
de Comunicação

ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

sobre os diversos setores da sociedade;
1.9 Assimilar criticamente conceitos que permitam a apreensão das teorias jornalísticas;
1.10 Buscar a máxima compreensão da realidade e ser exigente na busca da verdade, com postura ética e compromisso com a cidadania;
1.11 Manter-se crítico e independente, no que diz respeito às relações de poder e às mudanças que ocorrem na sociedade;
1.12 Ser capaz de identificar o que é informação de interesse público e pautar-se eticamente no tratamento dessas informações;
1.13 Identificar e equacionar problemas éticos do jornalismo;
1.14 Domínio da língua portuguesa e das estruturas narrativas e expositivas aplicáveis às mensagens jornalísticas, abrangendo-se leitura, compreensão, interpretação e redação;
1.15 Domínio do inglês e do espanhol como línguas de largo uso mundial e no contexto geográfico em que está inserido o Brasil;
1.16 Saber registrar fatos jornalísticos, apurando, interpretando, editando e transformando-os em notícias e reportagens com o domínio da linguagem jornalística apropriada aos diferentes meios e modalidades tecnológicas de comunicação;
1.17 Capacidade de investigar informações, produzir textos e mensagens jornalísticas com clareza e correção e editá-los em espaço e período de tempo limitados;
1.18 Saber formular pautas e planejar coberturas jornalísticas;
1.19 Saber formular questões e conduzir entrevistas;
1.20 Saber trabalhar em equipe com profissionais e relacionar-se com fontes de informação de qualquer natureza;
1.21 Desenvolver aptidão para lidar com situações novas, desconhecidas e inesperadas;
1.22 Compreender e saber sistematizar e organizar os processos de produção jornalística;
1.23 Capacidade para propor, planejar, executar e avaliar projetos na área de comunicação;
1.24 Capacidade de avaliar criticamente produtos e práticas jornalísticas, bem como produtos e empreendimentos (FNPJ, online).

Observando esses itens acima descritos, podemos verificar a importância das diretrizes curriculares abarcarem todas essas questões. Torna-se redundante enfatizar, nesse sentido, a importância da formação acadêmica para o profissional de jornalismo.

Quando o autor cita os fundamentos éticos, no item 1.1, observamos que a ética profissional, não apenas, mas também, o Código de Ética dos Jornalistas, deve ser conteúdo curricular, matéria a ser amplamente estudada e analisada, considerando a importância de uma conduta ética por parte desse profissional. Tem-se, nesse caso, um componente curricular, um elemento a ser aprendido e praticado nos devidos espaços de formação acadêmica.

Nessa mesma perspectiva, outro elemento que o autor menciona (item

1.2), a prática da atitude de cidadania com vistas às expectativas da sociedade e o papel social da profissão também é um elemento a ser trabalhado na formação crítica desse profissional. Daí decorre a importância da formação acadêmica desse profissional.

Seguindo esse raciocínio, as teorias, linguagens e técnicas discursivas (itens 1.3 e 1.4) seguem a mesma lógica da necessidade de qualificação profissional e remontam à importância desses elementos serem observados nas diretrizes curriculares dos cursos de formação em Jornalismo.

Os itens 1.5 e 1.6, que dizem respeito a conhecer e entender a dimensão político-jurídica da comunicação social e os problemas teóricos, também são elementos essenciais a serem observados e estudados nos devidos espaços de formação. São habilidades importantes para o profissional na sua atividade cotidiana.

Os elementos referentes à interpretação, explicação e contextualização das informações (item 1.7), bem como os conceitos acerca de emissão e recepção de mensagem e os impactos que elas podem causar também são aspectos a serem estudados, possíveis de serem aprendidos ou, se for o caso, aperfeiçoados.

Não há como falar em criticidade nos conceitos que permeiam a apreensão das teorias jornalísticas, ou a compreensão da realidade desenvolvendo uma postura ética com compromissos reais com a cidadania (itens 1.9 e 1.10) sem pensar a formação acadêmica. São habilidades que o currículo também deve contemplar. Assim como o olhar crítico às relações de poder e às transformações sociais (item 1.11) e a ética na definição e no tratamento de informações de interesse público (item 1.12) ou às questões jornalísticas (1.13) também correspondem a essa necessidade.

O domínio da língua portuguesa, bem como línguas estrangeiras (itens 1.14 e 1.15), também são fundamentais no exercício da profissão. O jornalista precisa saber escrever corretamente, ou perderá credibilidade. Por isso é importante que a formação considere esses elementos importantes.

O domínio da língua está intimamente relacionado com os itens 1.16 e 1.17, que se referem à interpretação e edição de fatos jornalísticos para que se tornem notícias ou reportagens, bem como à investigação das informações em tempo e espaço determinados, considerando cada um dos diferentes meios ou veículos de acordo com as tecnologias de comunicação disponíveis. Por isso, é fundamental que a formação adequada atenda a esses

Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação

ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

requisitos.

Da mesma forma, ao discutir as habilidades e a formação profissional, deve-se levar em conta que esta contemple a formulação de pautas e coberturas jornalísticas (1.18), a elaboração de perguntas pertinentes e entrevistas adequadas, uma vez que o exercício profissional exige tais aptidões.

Além dessas questões técnicas, a formação deve observar habilidades específicas nas relações interpessoais, saber trabalhar em equipe, o bom relacionamento com as mais diversas fontes de informação (item 1.20), bem como a maturidade suficiente para lidar com situações novas, inesperadas ou desconhecidas (item 1.21). Cabe considerar que o imprevisto também faz parte do exercício profissional do jornalista.

Por fim, os itens 1.22, 1.23 e 1.24 apontam para a organização, sistematização, planejamento, execução e avaliação dos processos de produção jornalística, dos projetos na área de comunicação e os produtos e práticas jornalísticas.

Todos esses elementos serão retomados quando analisarmos de maneira específica as diretrizes curriculares do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins.

No entanto, cabe observar, ainda, que o Conselho Nacional de Educação, em sua Resolução Nº1 de 27 de setembro de 2013, que institui as diretrizes curriculares para o curso de Jornalismo, determina em seu artigo 5º que o formando de jornalismo deve

> Estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social (BRASIL, 2013).

Nesse sentido, fica evidente a abrangência da formação profissional, observando a dimensão e a proporção das habilidades e competências necessárias para o pleno exercício profissional de um bom jornalista.

Para atender às exigências dessa formação, de acordo com o Conselho Nacional de Educação, são necessárias desenvolver como competências gerais:

> a) compreender e valorizar, como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e de

ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável; b) conhecer, em sua unicidade e complexidade intrínsecas, a história, a cultura e a realidade social, econômica e política brasileira, considerando especialmente a diversidade regional, os contextos latino-americano e ibero-americano, o eixo sul-sul e o processo de internacionalização da produção jornalística; c) identificar e reconhecer a relevância e o interesse público entre os temas da atualidade; d) distinguir entre o verdadeiro e o falso a partir de um sistema de referências éticas e profissionais; e) pesquisar, selecionar e analisar informações em qualquer campo de conhecimento específico; f) dominar a expressão oral e a escrita em língua portuguesa; g) ter domínio instrumental de, pelo menos, dois outros idiomas – preferencialmente inglês e espanhol, integrantes que são do contexto geopolítico em que o Brasil está inserido; h) interagir com pessoas e grupos sociais de formações e culturas diversas e diferentes níveis de escolaridade; i) ser capaz de trabalhar em equipes profissionais multifacetadas; j) saber utilizar as tecnologias de informação e comunicação; k) pautar-se pela inovação permanente de métodos, técnicas e procedimentos; l) cultivar a curiosidade sobre os mais diversos assuntos e a humildade em relação ao conhecimento; m)compreender que o aprendizado é permanente; n) saber conviver com o poder, a fama e a celebridade, mantendo a independência e o distanciamento necessários em relação a eles; o) perceber constrangimentos à atuação profissional e desenvolver senso crítico em relação a isso; p) procurar ou criar alternativas para o aperfeiçoamento das práticas profissionais; q) atuar sempre com discernimento ético (BRASIL, 2013).

Por fim, é importante destacar que as exigências no que diz respeito às habilidades e competências, bem como os desafios que o profissional jornalista enfrenta no exercício de sua profissão evidenciam o quanto a formação do profissional em Jornalismo deve ser criteriosa.

A fim de atender e contemplar todas essas habilidades e competências necessárias justificam-se o compromisso e a defesa pela qualidade na formação acadêmica dos profissionais jornalistas, necessidade tão referendada pelas entidades da área em seus documentos oficiais.

Considerações Finais

A comunicação sempre foi um grande divisor de águas na história da humanidade. Assim foi com o surgimento da escrita, que representou a transição da humanidade da pré-história para a história. Também foi a comunicação, muitos séculos mais tarde, com a invenção da tipografia ou da “imprensa”, que determinou a expansão e a divulgação do conhecimento. E, na história recente da humanidade, foram os

Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação

ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

avanços na área da comunicação e da informação que representaram significativas transformações na sociedade contemporânea. Diante desse fato, a comunicação sempre foi – e sempre continuará sendo – um objeto interessante de análise e observação.

Nesse sentido, quando observamos a realidade brasileira e estabelecemos a relação entre sociedade e comunicação, percebemos a evidência dos impactos desta última sobre a primeira.

Desde a criação de dois cursos de graduação em Jornalismo, ainda na década de 1940, o País vivenciou um processo de expansão na área da comunicação e, por consequência, do estudo dessa área, que ganhou celeridade a partir da década de 1970. Ao observamos a história do Jornalismo no Brasil, percebemos, especialmente a partir da década de 1990, um período de consolidação na produção científica específica sobre a comunicação. Cabe observar que esse período não apenas coincide, mas é resultado, do crescimento na utilização das tecnologias de comunicação e informação no Brasil, especialmente a partir da utilização de telefones celulares e da popularização da internet no País.

Os avanços tecnológicos que marcaram e impactaram a sociedade nas últimas décadas incidiram, sobremaneira na área da comunicação. A velocidade na produção e na propagação das informações, bem como a utilização de novas mídias, impuseram ao profissional jornalista uma necessidade de adaptação e adequação das suas práticas à nova realidade. A instantaneidade rompe as barreiras de tempo e espaço. Em questão de minutos, ou até mesmo segundos, as informações atravessam o mundo. Diante dessa realidade, os cursos de formação dos jornalistas também sofreram significativas transformações. Nesse contexto de transformações e adequações, o currículo dos cursos que formam jornalistas tem sido necessariamente, reavaliado e reformulado.

Recentemente, em 2013, o Ministério da Educação (MEC), através do Conselho Nacional de Educação (CNE), definiu as novas diretrizes curriculares para o Curso de Jornalismo no Brasil. Entre as mudanças propostas está a obrigatoriedade do estágio curricular, o aumento na carga horária dos cursos e a ênfase nas disciplinas de cunho prático do Curso.

O que se observa nessa nova proposta curricular é, exatamente, um novo olhar sobre a formação acadêmica e a atividade profissional dos jornalistas. Atentas às constantes mudanças na sociedade e à dinâmica da atividade do fazer jornalístico, as novas diretrizes

curriculares dos cursos de jornalismo no País referenciam um novo perfil profissional diante das convergências digitais. Assim sendo, o pressuposto das diretrizes propostas recai sobre o preparo do profissional para atuar num contexto de constantes transformações tecnológicas, em que não basta apenas dominar as técnicas e as ferramentas disponíveis, mas, sobretudo, conhecê-las em seus princípios para que se possa transformá-las na medida em que o contexto atual exige. Esse princípio fica evidente no que expressa o inciso V do Artigo 4º da Resolução Nº 1 do Conselho Nacional de Educação, de 27 de setembro de 2013, que institui as novas diretrizes curriculares dos cursos de Jornalismo no Brasil.

Ao analisarmos as novas diretrizes curriculares propostas, percebemos, claramente referências mais concretas nos processos didático-pedagógicos do Curso de Jornalismo. Os processos dialógicos entre teoria – reflexões ou estudos acerca da comunicação – e a prática – a atividade profissional em suas mais diversas possibilidades de mídia – ganham corpo, uma estrutura definida através de disciplinas que compõem o novo currículo.

Referências

AMARIZ, Marlene. **Jornalista.** In: Infoescola: profissões. Disponível em: http://www.infoescola.com/profissoes/jornalista. Acesso em 02 maio 2016.

BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, Monique de. "As categorias do juízo professoral". In: BOURDIEU, Pierre, **Escritos de Educação**, Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. CNE. **Resolução Nº1 de 27 de setembro de 2013, que institui as diretrizes curriculares para o curso de Jornalismo**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2013.

COSTA, Carlos. **A formação do jornalista:** olhar crítico e contemporaneidade. In: Revista Eletrônica de pós-graduação da Cásper Líbero. Vol 7, nº 3, 2015. Disponível em: http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2016/03/2.-A-forma%C3%A7%C3%A3o-do-jornalista.pdf. Acesso em 02 maio 2016.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta:** periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

FENAJ: Federação Nacional dos

Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação

ISSN nº 2526-8031 Vol. 1, n. 1, Jan-Abr. 2017

Jornalistas. **Bases de Um Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo.** Disponível em: http://www.fenaj.org.br/educacao/programa_qualidade_ensino_2004.pdf. Acesso em 02 maio 2016.

FNPJ. Federação Nacional dos Professores de Jornalismo **Competências a serem construídas na formação superior do jornalista em termos de conhecimento, habilidades, atitudes e valores.** Blog consulta. Disponível em: http://diretrizesjornalismofnpj.blogspot.com.br/2009/04/competencias-serem-construidas-na.html. Acesso em 03 Maio 2016.

HOHLFELD, Antonio; VALLES, Rafael R. **Conceito e história do Jornalismo brasileiro na "Revista de Comunicação"** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MEDINA, Cremilda. **Profissão Jornalista:** responsabilidade social. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1982.

MELO, José Marques de. **História do pensamento comunicacional**. São Paulo, Paulus. 2003.

MEDITSCH, Eduardo. **Novas e velhas tendências:** os dilemas do ensino de jornalismo na sociedade da informação. REBEJ – Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, Brasília, v.1, n.1, p.41-62, abr./jul. 2007.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo -** Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Im prensa no Brasil.** 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

ZUCOLOTO, Valci Regina M. Formação superior e qualidade de ensino: uma luta histórica por um jornalismo sempre melhor. In: FENAJ: **Formação superior em jornalismo:** uma exigência que interessa à sociedade. 2. ed. Florianópolis, Imprensa da UFSC, 2002. p. 36-41.